
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
ATA REUNIÃO ORDINÁRIA CME - 01/2025

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e vinte e três minutos, estão presentes para realização da reunião ordinária, onde participam, Aline Vieira de Lima, Presidente CME e Luciane Marques da Silva Secretária CME, representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer as técnicas; Simone Martinez Camargo e Juliana Mattos de Almeida Pianaro, representante do poder legislativo; Marcio Bueno; representantes dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino: Viviane do Rocio Gonçalves da Luz, Adriane Schreiber, Monique Francine de Oliveira, Ana Paula Zonta, Dirley Antonia Alves de Paula Bueno, Rosiclea Aparecida da Cruz Trentini, representante das APMF's das Escolas Municipais: Marli de Paula Oliveira; representante do Núcleo Regional de Educação Área Metropolitana Norte: Maria Bernadete Andrade dos Santos Manfron; representante da secretaria municipal de saúde: Josiane Gomes Garcia Ferreira; representante do Conselho Tutelar: Priscila Ribas Machado; representantes do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente: Daniel Havro da Silva. Aline, Presidente do Conselho Municipal de Educação agradece a presença de todos e passa a palavra para Simone que inicia falando sobre a substituição dos membros do Conselho Municipal de Educação, daqueles que são representantes de algumas instâncias e que, não estão mais fazendo parte nesse cargo que são; os representantes da SEMEC, Janete, Aline e Marcelo. Juliana diz que, já foi pedido e encaminhado pelo prefeito e foram indicadas Juliana Mattos de Almeida Pianaro, Simone Martinez Camargo e Silvana Cordeiro. Eu, Luciane Marques da Silva continuo como secretária, tendo em vista ter permanecido na SEMEC. Do poder legislativo serão alterados de Roberto Carlos Soares e Gilmar José Leonardi para Marcio Bueno e Gilso Sikora. Representantes dos profissionais da educação, APMF's e Núcleo continuam. Representantes da secretaria de Saúde também teve alterações Josiane Gomes Garcia Ferreira será titular e Tatiana Kelly Faria Lemos Sabatoski ficará como suplente. Conselho Tutelar Priscila Ribas Machado e Marcos Urbano da Silva continuam. Representante do CMDCA, Daniel comenta que irá sair em Diário Oficial o que o conselho deliberou, mas é necessário ver se é permitido pelo regimento ou não, o que foi deliberado de Amanda Lovato como titular e Daniel como suplente. Mas, os dois são representantes da Sociedade Civil no CMDCA os dois são conselheiros, mas nenhum deles é governamental, e caso não tenha nenhum impedimento, é isso que será publicado em Diário Oficial. Juliana diz que irá consultar o Estatuto. Os representantes da Assistência Social serão Jeanine titular e Deise Malinoski Andrade suplente. Juliana comenta sobre a alteração do presidente, que no estatuto diz que automaticamente o vice se torna presidente. Monique sendo vice, se tornaria presidente, mas comenta que estará pedindo exoneração dessa matrícula e no dia seis, iniciará com outra matrícula e não será mais representante do CMEI. Juliana diz que, então será necessário fazer nova eleição e fazer um pedido solicitando que o CMEI Eva encaminhe um representante. Simone comenta que Monique sobe para presidente, e faz eleição de vice. Saindo Monique dia vinte e oito, sobe a vice para presidente para não ficar sem. Depois abre a vaga do representante do CMEI Eva. Monique diz que na escola para onde vai, tinha um representante atuante dentro do conselho que também irá exonerar e poderá ocupar essa vaga, caso ainda não tenha representante interessado. Simone diz que posteriormente o presidente do conselho, irá solicitar

representante da escola. Ana Paula Zonta comenta que era representante na Escola Municipal Sagrada e agora está na Escola Municipal Vereador Hemetério Torres, pergunta se tem problema. Aline comenta que da Escola Municipal Vereador Hemetério Torres a representante é a Dirlei Matias de Freitas e não costuma participar das reuniões do CME e pode conversar com ela e ver se ela aceita a substituição. A diretora da escola manda o documento preenchido da alteração de representante. Juliana comenta que a diretora pode ver com o grupo se tem alguém mais interessado e caso não tenha, Ana Paula poderá ficar. Simone comenta que o correto seria a Dirlei subir de suplente para titular e nomear outro suplente. Simone comenta que no último decreto de dezembro não aparece Ana Paula Zonta como representante de escola. Monique faz um comentário e que gostaria de pedir ao conselho que com relação ao chamamento do concurso foram chamados para três vagas no CMEI onde atua, mas que sabe que lá tem mais vagas do que essas três que foram ofertadas e gostaria de saber por que não foram ofertadas mais vagas, no sentido da legalidade de se mostrar todas as vagas que tem. Em seu entendimento, Monique diz que, se do concurso foram chamadas doze profissionais e para o CMEI Eva eram três vagas, esses profissionais que preferiam escolher vaga neste CMEI Eva, a partir da quarta pessoa da lista, não poderia escolher o Eva pelo fato de as vagas não terem sido ofertadas nesse momento e que a partir da décima terceira pessoa da lista em um próximo chamamento, teria a possibilidade de novamente optar pelo Eva, coisa que o quarto candidato aprovado não pode escolher, sabendo que esse profissional pode morar do lado do CMEI e terá que ficar em outro CMEI mais longe, por não ter tido a opção de escolher naquela ocasião onde foi aberto apenas aquelas três vagas do chamamento. Monique diz que querendo ou não, o concurso é uma meritocracia e a quarta pessoa da fila não pode escolher aquela vaga por não ter sido ofertada naquele primeiro chamamento. Então, Monique gostaria de saber o que aconteceu, se nos próximos chamamentos essas vagas vão aparecer, esclarece que não sabe se esse pedido tem que ser encaminhado para a SEMEC ou RH. Simone diz que inclusive poderia pedir junto com essa solicitação do esclarecimento das vagas em aberto, sugere propor que o conselho apresentasse as considerações que o Conselho Municipal de Educação fez ao decorrer do ano de dois mil e vinte e quatro, do Conselho Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e manifestação deste conselho, visto não ter tido uma transição e se foi recomendado por esse conselho o chamamento do concurso para melhor organização do ano letivo de dois mil e vinte e cinco, se partiu desse conselho ou alguma recomendação para evitar o caos que onerou para esse ano. Simone comenta que o nosso papel como conselheiro é tentar evitar algumas situações, porque era sabido do concurso, esgotamento do PSS de quarenta horas de CMEIS, porque sabendo da situação o conselho deveria ter se manifestado, deve ter sido discutido sobre isso, para que a secretaria tivesse tomado as providências necessárias para que esse ano não tivesse iniciado dessa forma. Foram aberturas de turmas no final do ano, corregências e que para esse início de ano não teve tempo hábil de saber se teve manifestação desse conselho sobre essas ações. Simone comentou de ver nas pautas de reuniões anteriores se teve manifestação e se não houve manifestação, ok. Monique pergunta de onde fica essas atas e comentamos que fica na secretaria mesmo, tudo registrado em livro Ata. Simone comenta que estamos em quarenta e poucos dias, respondendo por uma coisa que poderia ter sido recomendado por este conselho. Monique comenta que uma coisa que era falado que por ser ano de eleição. Juliana lembra que a eleição foi em outubro e nesse momento o concurso já estava finalizado, então teve dois meses para fazer o chamamento desse concurso. Simone traz como experiência que no final dessa gestão, o conselho tenha esse papel de cuidar desse ano letivo que irá trocar, se irá trocar a gestão ou mesmo que não haja troca, o conselho exigir que isso aconteça, que o conselho tem que garantir que as coisas aconteçam da melhor forma que não prejudique o próximo ano letivo. Sobre as vagas

se tem ou não, Simone comenta que a secretaria está fazendo um pente fino para ver como está essa questão das vagas, pra ver se é real mesmo essas vinte e seis vagas fixas mesmo. Diz que não pudemos fazer um chamamento imediato do edital por esse motivo, por ter dúvidas com reação a essas vagas, por isso estamos fazendo um levantamento de cada escola e CMEI, tendo que abrir cada ficha de funcionário e são duzentos e oitenta fichas de professores pra conferir se está certa a vaga fixa, se não está, para que tenhamos a confiabilidade de oferecer aquilo que é real. Juliana comenta que a informações não estão batendo e que já teve ano de ir fixar vaga e tinha mais professores do que vagas pra fixar. Rosiclea comenta que questionou no ano passado, a vaga da escola onde atua, porque diz que, professor aposentou abre vaga e não é o que aconteceu. Monique comenta que, por exemplo, no CMEI Eva, são treze turmas, são vinte e seis vagas, mas tem o profissional que tem que cobrir permanência e diz que isso também deveria ser considerado. Juliana diz que tem que levar em consideração o concurso de auxiliar, que temos um concurso de auxiliar em aberto de devemos considerar o concurso. Diz que precisamos mapear bem certo, porque tem muitos professores que tem vaga naquela instituição e que no momento não atua lá no momento. Juliana comenta o próprio exemplo, por estar na SEMEC nesse momento, não está em sala, mas tem vaga fixa no CMEI. Por isso a necessidade desse mapeamento, tem professor na direção, coordenação, SEMEC, nessas vagas é colocado PSS. Viviane traz um questionamento sobre o profissional auxiliar do concurso a nível de ensino médio, se elas irão entrar em sala de aula, tendo em vista que na questão da quantidade de alunos por professor e elas não poderão ficar sozinhas com alunos, até que ponto isso irá ajudar vai ajudar o professor. Quando foi feito o concurso a fala era essa, colocar professor e uma auxiliar em turma, mas como vai colocar auxiliar para contar na quantidade de alunos sendo que se tem ensino médio, não conta. Juliana lembra do estudo de impacto financeiro para essas contratações, por conta desses profissionais receberem pelo FUNDEB. Simone comenta a questão de ter que apresentar uma justificativa para a Procuradoria Geral do Município do porque chamar PSS, porque da dobra de professores. Daniel comenta que tem medidas simples que podem fortalecer o conselho e que uma delas como sugestão, que todas as pautas e materiais das reuniões sejam encaminhados antecipadamente para análise prévia desses documentos. Enfatiza que como alguns estão chegando agora, podemos introduzir isso como uma prática, que um assunto como esse de concurso, chamamento, poderia ter sido consultado nas atas e ter avançado nas discussões. Diz que, em algumas reuniões aconteceu de ter que aprovar fomento que o termo foi apresentado na hora da reunião sem tempo hábil para análise. “Como vou aprovar um termo de fomento que não deu tempo nem de ser lido, olhar na hora!” Daniel diz que esse fortalecimento contínuo que é importante, um desafio constante, porque quem dá o suporte administrativo para qualquer conselho é o Poder Executivo, quem está no conselho fica um pouco amarrado aquilo ao suporte que dá e de como as coisas são conduzidas e diz ser bom que a partir de agora está sendo dado essa aberto de se fortalecer o conselho, de modo que ele possa ter essa postura mais ativa e a gente que é de outras políticas, o CMDCA é mais próximos da assistência a gente pede a compreensão de vocês, mas que aos poucos vamos nos apropriando do que pode, o que não pode, importante capacitação desse tipo também diz Daniel. Comenta também que agora tem uma capacitação aberta no Tribunal de Contas do Estado e que uma é específica para o Conselho da Educação, específica para o Conselho de Assistência, para Conselho da Criança e do Adolescente de forma online. Daniel comenta que da parte do CMDCA, entendendo a situação atual do município, vale lembrar que existem várias frentes de recursos, o CMDCA tem recursos e tem um plano de ação já com campanhas inclusive são executadas pela educação, como a de combate ao bullying com verba já separada para ser executada esse ano temos representantes da secretaria de educação e do CMDCA que vão se apropriar disso, tem não só projetos já aprovados para serem executados, CMDCA não é

um órgão executivo, mas ele delibera recursos para que podem executados pela educação para complementar medidas. Também é possível incluir projetos em banco de projetos, se quiser executar algo em uma determinada escola que não seja de política básica, que não seja obrigação do poder público manter e sim um projeto inovador, uma ação inovadora, uma campanha, é possível colocar em banco de projetos e receber a destinações de empresas, via fundo da criança e do adolescente. Então, essa é uma forma de que tem recursos limitados, expandir ações. Esse terá um apoio de quinhentos mil do Projeto Criança Semente, o CMDCA é proponente as Associação Solar Ita Wegman e tem ações que foram construídas com aquelas características do edital com olhar para educação. Tem recursos para fazer uma capacitação para todos os profissionais da rede num momento formativo da metade do ano sobre saúde mental na escola, tem recursos também para contratar profissional para capacitação para o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente em busca ativa sensível intersetorial. Então, são todas coisas que vamos poder construir em conjunto e sendo esse um projeto não só executado por essa organização da sociedade civil, ele também tem o CMDCA como proponente, a organização também se colocou a disposição para nessas ações de capacitação construir em conjunto. Daniel comenta que tem recursos por volta de um milhão e meio, não só para ações que já foram deliberadas, mas também poderão ser aproveitadas em ações que sejam consideradas relevantes, trás para o conselho, a comissão responsável pauta e tem recursos. Diz que ao longo do ano seria importante conversar sobre o decreto se seiscentos e quarenta e seis de dois mil e vinte e quatro, que regulamenta a Educação Integral em Tempo Integral em Campo Magro e o que chama atenção é a preocupação com o índice ou percentual de matrículas em Tempo Integral. Esse decreto permite que caso entre no PPP da escola os atendimentos oferecidos por organizações da sociedade civil ou até mesmo serviços de convivência da política básica de Assistência Social, Piá Ambiental, Pet Rural, possam ser considerados como carga horária da escola. Então, o aluno está matriculado naquela escola, se tiver no PPP da escola que, parte dos alunos a depender da situação, caso a caso, serão atendidos no Piá Ambiental, no Pet Rural, Criança Semente, desde que haja um alinhamento nessa parte pedagógica, é possível aumentar muito o percentual em matrículas em período integral nessas parcerias sem depender de uma ampliação tão grande da estrutura das escolas, isso é uma proposta que não está em pauta, mas que poderá entrar em pauta em algum momento, com esse olhar intersetorial porque o salto que vai ter no índice do município. Mas, tudo isso depende de uma articulação suficiente de todos os envolvidos para que isso seja efetivo, para que se tenha esse olhar para um problema nacional de longa data. Qual o futuro do contra turno do integral para os casos de serviços de convivência, está nos serviços de convivência, está no contraturno das escolas, esse decreto da Educação Integral em Tempo Integral prevê que se possa fazer uma discussão até pela Rede de proteção caso a caso, que conte sim a carga horária que está na política de assistência como contra turno das crianças que precisam da política de assistência ou até mesmo outras políticas básicas, ou até uma atividade terapêutica da área da saúde e tem outras frentes que podem ser analisadas e que, com o tempo, gostaria de propor como pauta, diz Daniel. Josiane, representante da secretaria municipal de saúde fala da necessidade de se fortalecer vínculos com a secretaria de saúde, nas ações de promoção principalmente nas coberturas de vacinações, comaneta que temos visto o aumento de algumas doenças como coqueluche antes erradicadas. Josiane comenta que apenas conferir carteira de vacina não imuniza ninguém, o que precisa são ações efetivas com parcerias entre saúde e educação, porque isso deve ser cultural, o entendimento da necessidade da vacinação. As crianças tem que entender desde pequenos, da importância de aprender sobre a dengue, dos cuidados, sabemos da importância de se levar o conhecimento e com isso também levamos o amor com nossos cuidados, diz Josiane. Josiane comenta sobre o bullying e o reflexo disso, dos diálogos, das

ações que isso tem tido dentro da secretaria de saúde, que o profissional terapeuta tinha dificuldade em aberturas para conversas e agora comentam como isso tem mudado, tudo depois das ações dentro das escolas e instituições de ensino municipais, estaduais em parceria com a saúde e ação social e agente de saúde e agora já temos visto resultados, na facilidade de debate, de falar, de contar, porque a criança vive em uma zona de ameaça, que o torna refém e com as terapeutas temos visto resultados depois das campanhas do bullying, complementa sua Josiane sua fala. Aline agradece a presença de todos. Juliana agradece a presença e informa sobre os próximos encaminhamentos das alterações de membros. Sem mais para o momento, eu, Luciane Marques da Silva lavrei a presente ata que será assinada por mim e todos os presentes.

- **ALINE VIEIRA DE LIMA**

- **SIMONE MARTINEZ CAMARGO**

- **JULIANA MATTOS DE ALMEIDA PIANARO**

- **LUCIANE MARQUES DA SILVA**

- **MARCIO BUENO**

- **VIVIANE DO ROCIO GONÇALVES DA LUZ**

- **ADRIANE SCHREIBER**

- **MONIQUE FRANCINE DE OLIVEIRA**

- **ANA PAULA ZONTA**

- **DIRLEY ANTONIA ALVES DE PAULA BUENO**

- **ROSICLEA APARECIDA DA CRUZ TRENTINI**

- **MARLI DE PAULA DE OLIVEIRA**

- **MARIA BERMADETE ANDRADE DOS SANTOS MANFRON**

- **JOSIANE GOMES GARCIA FERREIRA**

- **PRISCILA RIBAS MACHADO**

- **DANIEL HAVRO DA SILVA**

Publicado por:

Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques

Código Identificador:F38953AF

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná
no dia 17/04/2025. Edição 3259

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>